



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Processo LUA n.º PL20251230013084

PROMORPEC, AGRO-PECUÁRIA, LDA - MONTE FALCÃO

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Departamento de Gestão do Licenciamento Ambiental

Divisão de Emissões Industriais

07/09/2026



Índice

1. Introdução	3
2. Período de Consulta Pública.....	3
3. Publicitação.....	3
4. Proveniência e Quantificação das Exposições Recebidas	3
5. Análise das Exposições Recebidas	5

1. Introdução

De forma a garantir a informação e a participação do público, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Autoridade Nacional para o Licenciamento Único de Ambiente (ANLUA), procedeu à Consulta Pública dos elementos constantes no processo de Licenciamento Único Ambiental (LUA) do PROMORPEC, AGRO-PECUÁRIA, LDA - MONTE FALCÃO, sujeita a um procedimento de licença ambiental previsto no capítulo II do Decreto-lei nº 127/2013, de 30 de agosto.

2. Período de Consulta Pública

A Consulta Pública decorreu durante o período de 20 dias úteis, de 10 de agosto a 4 de setembro de 2026.

3. Publicitação

Os elementos constantes do pedido de licenciamento foram disponibilizados para consulta no portal Participa (<http://participa.pt/>).

A divulgação desta Consulta foi feita por meio de afixação de edital na Câmara Municipal de Ponte de Sor e na CCDR Alentejo - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

4. Proveniência e Quantificação das Exposições Recebidas

Durante o período de consulta pública foram recebidas 4 participações a seguir discriminadas.

#1

Data: 01/09/2026

Autor: Particular

Tipologia: Discordância

Comentário:

"Projecto para obra de mineração a céu aberto, das mais intrusivas e impactantes no ambiente, numa zona de paisagem privilegiada e com equipamentos de turismo em funcionamento, é um disparate que deve ser impedido".

#2

Data: 31/08/2026

Autor: Particular

Tipologia: Discordância

Comentário:

"Grave impacto ambiental"

#3

Data: 30/08/2026

Autor: Particular

Tipologia: Discordância

Comentário:

"Exmo(a). Senhor(a) Presidente da CCDR / Entidade Responsável pela Consulta Pública,

Venho por este meio manifestar a minha total oposição à instalação e exploração da unidade de pecuária intensiva de suínos prevista para a região. A suinicultura industrial representa uma das atividades com maior impacto negativo no território, gerando riscos severos para o ambiente, para a saúde pública e para a qualidade de vida das populações locais, sem trazer benefícios reais que justifiquem estes custos. A principal preocupação reside na gestão e eliminação dos efluentes pecuários (chorumes). A elevada carga orgânica e a presença de nitratos, fósforo e resíduos antibióticos nestes resíduos constituem uma ameaça direta e imediata de contaminação dos solos e, fundamentalmente, dos aquíferos locais. Num cenário de crescentes pressões hídricas, a poluição das águas subterrâneas e superficiais põe em risco o abastecimento das populações e a viabilidade da agricultura tradicional, comprometendo um recurso natural escasso e vital.

Adicionalmente, os impactos atmosféricos são intoleráveis. A libertação contínua de gases como o amoníaco e o sulfureto de hidrogénio resultará em odores nauseabundos regressivos e persistentes, que se estenderão por um vasto raio em redor da exploração. Esta poluição odorífera severa destrói o bem-estar dos residentes, desvaloriza o património imobiliário local e inviabiliza por completo qualquer estratégia de desenvolvimento baseada no turismo rural, na hotelaria ou em atividades de lazer ao ar livre.

Além disso, não podemos ignorar os graves riscos de biossegurança associados ao confinamento de animais em alta densidade. Instalações desta escala funcionam como potenciais focos de propagação de doenças zoonóticas, criando um risco real de mutação e transmissão de patógenos com potencial para desencadear futuras epidemias ou pandemias, tal como a crise global vivida com a Covid-19. O uso intensivo de antibióticos nestes ambientes sobrelotados contribui ainda para o crescimento alarmante de bactérias multirresistentes, ameaçando diretamente a segurança médica da população.

Por fim, o tráfego pesado constante para o transporte de rações e animais irá sobrecarregar a infraestrutura rodoviária local, aumentando a sinistralidade e os custos de manutenção para o município. Face aos graves riscos ambientais, à ameaça à saúde pública e ao claro retrocesso que este projeto representa para a sustentabilidade da nossa região, solicito a reprovação da Declaração de Impacte Ambiental deste projeto."

#4

Data: 10/08/2026

Autor: xx

Tipologia: Discordância

Comentário:

"Cheiro"

5. Análise das Exposições Recebidas

As exposições recebidas foram analisadas no âmbito do regime jurídico da *Prevenção e Controlo Integrados da Poluição*, e em função do âmbito do projeto a licenciar, e serão consideradas na avaliação técnica do pedido de licença ambiental, de modo a garantir uma abordagem integrada e efetiva de todas as vertentes ambientais que assegure a prevenção e o controlo da poluição para a água, ar e solo, incluindo medidas relativas ao ruído e aos resíduos, tendo por base o estabelecimento das Melhores Técnicas Disponíveis previstas na Decisão de Execução (UE) 2017/302 da Comissão de 15 de fevereiro de 2017 que estabelece conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.